

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 044

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE MAIO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Carlos Baratter e Algaci Túlio.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Marcos Isfer, Neivo Beraldin e Pércles Mello (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Na semana que vem faremos chegar a cada gabinete o convite para o café da manhã, terça-feira dia 25, às 8:00 horas, aqui na Assembléia, e também o convite para que participem da Expo-Outono, que

acontecerá de 3 a 6 de junho no Parque Castelo Branco. E antes de finalizar, agradecer a presença também do Senhor Antônio Pacheco, dos seus filhos que de Manoel Ribas vêm até à nossa Assembléia no dia de hoje, para nos visitar e para tratarmos de assuntos de interesse daquela região.

Muito obrigado, Senhor Pacheco, muito obrigado aos seus filhos que aqui comparecem.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativos de votos de profundo pesar pelo falecimento do Juiz Dr. Alfredo José Rattman.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada a seus familiares na pessoa de sua querida esposa, Dona Maria Aparecida César Rattman, à Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1.157, CEP: 80040-230, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Dr. Alfredo José Rattman entristece a Magistratura paranaense, amigos e familiares. Iniciando sua vida pública como Juiz Substituto na Comarca de Loanda em 1964, foram 35 anos de atividades no Poder Judiciário.

Após atuar em diversas comarcas nos diferentes recantos do Estado do Paraná, Alfredo José Rattman assume, em 1979, o cargo de juiz de Direito Substituto da Comarca de Curitiba.

O Juiz Rattman deixa como legado sua dedicação ao Judiciário, o apego à família e o respeito dos amigos e daqueles que o conheceram.

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colunista Social Álvaro de Andrade pelo trabalho que vem realizando na Imprensa do Município de Ponta Grossa.

Começou como repórter amador e revisor, e aos poucos começou a escrever sobre assuntos

gerais e assuntos sociais do Município. Sempre gostou de divulgar os concursos de beleza, como o da Rainha da Soja, Rainha das Piscinas entre outros.

Tem um carinho especial para com as entidades filantrópicas, auxiliando sempre nas promoções beneficentes, fazendo parte das diretorias da APAE e da APACD (Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa).

Atualmente, é assessor de relações públicas da prefeitura Municipal e diariamente assina uma coluna social no Jornal "Diário da Manhã", apresentando um programa social na Rádio "Central do Paraná".

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Álvaro Andrade, caixa postal 121, Ponta Grossa-PR, CEP: 84001-970.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações e aplausos à Rede Feminina de Combate ao Câncer da Cidade de Ponta Grossa, pela passagem do 43º Aniversário de fundação ocorrido no último dia 12 de maio.

Muito se tem falado e escrito sobre a abnegação das Voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, sobre a doação e renúncia que essa atividade exige.

É preciso, no entanto, que se amplie esta homenagem lembrando as dificuldades impostas pelas estruturas sociais, pela desatenção e até pela indiferença dos governantes no que se relaciona com o trabalho no atendimento da saúde.

Nesta data há uma excelente oportunidade para refletir sobre os percalços e dificuldades destas Voluntárias. Não as dificuldades impostas pelo imponderável da vida, mas geradas pela incompreensão e pela falta de valorização mínima dessa grande tarefa. E mesmo com esses obstáculos a tarefa é levada ao melhor termo, com muito sacrifício, com muito amor, pois as Voluntárias superam aí, não apenas as suas limitações diante das forças naturais como também ante a falta de apoio material.

É refletindo sobre estes aspectos que devemos transmitir a homenagem desta Casa representativa do povo, interpretando o anseio de tantas e tantas pessoas que gostariam de, neste dia, deixar gravado um preito de gratidão e reconhecimento às Voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Sra. Sueli Schimidt, Presidente da Rede, à Rua Theodoro Rosas, 1001, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativos de votos de congratulações ao Senhor Adonai Aires Arruda, pela posse na presidência da Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada ao nosso homenageado na Rua Lourenço Pinto, 196, 5º andar, conj. 510/7, CEP: 80010-160, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Empossado presidente da Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação, o paranaense Adonai Aires de Arruda estará à frente das questões nacionais que envolvem o setor. Médico Veterinário por formação, Adonai se tornou empresário do setor de limpeza e conservação, destacando-se por seu arrojo e pioneirismo que hoje ganha o país.

Com sua experiência no setor de limpeza e conservação, mandatário de uma das mais conceituadas empresas brasileiras, Adonai é mais um paranaense a integrar a lista dos brasileiros que chegam ao sucesso por força de seu trabalho e obstinação. A justa homenagem que esta Casa de Leis lhe outorga servirá de incentivo e exemplo para outros paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal "Agora Paraná" (Av. Camilo Di Lellis, 392, Centro Metropolitano, Sala 40, Pinhais-PR), pela passagem de seus sete anos, em data de ontem (12.05.99).

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Agora Paraná", comemorou em data de ontem seus sete anos de fundação. Veículo de comunicação dos mais corajosos, foi fundado com a emancipação política da jovem Cidade de Pinhais e já alcançou notoriedade como um dos grandes veículos de comunicação social da mídia impressa paranaense.

Sabemos que nestes anos de trabalho ininterrupto, o Jornal "Agora Paraná" enfrentou as mes-

mas dificuldades pelos quais passaram todos os segmentos econômicos do país, mas apesar das muitas adversidades, conseguiu com coragem superar obstáculos e firmar-se como empresa sólida e muito séria. Agora, o Jornal encontra-se em pleno processo de modernização, após uma história de muitos capítulos importantes, ao longo dos quais o Jornal viu passar jornalistas importantes que hoje estão trabalhando em jornais e redes de TV de destaque. Ainda, por suas páginas já passaram as mais diversas e importantes reportagens, sempre registradas de forma séria e imparcial, o que lhe garantiu sempre um jornalismo limpo e muito bem reconhecido.

Ao Jornal "Agora Paraná", seus funcionários, equipe de trabalho e seu Presidente, Sady Ricardo dos Santos Neto, pela comemoração de seus sete anos, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Pedro e Ermínia dos Santos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Arnaldo da Silva Pereira e Terezinha Antônia Pereira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas

divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Constante Brum Neto e Marília Pereira Brum, que completou 25 anos de união conjugal, cele-brando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de congratulações ao Jornal O Paraná, de Cascavel, pela passagem do 23º ano de fundação, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento da sua Direção, as pessoas dos Senhores André Heitor Costi e José Carlos Costi.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 15 de maio, o Jornal O Paraná, de Cascavel, festeja 23 anos de circulação, e nessa data terá um motivo muito especial para

comemorar com mais alegria. Trata-se da inauguração das novas instalações da sede administrativa, redação e oficina, novo parque gráfico e início da circulação em cores.

É na verdade um presente que os leitores ganham daquele importante meio de comunicação, que ao longo de mais de duas décadas de existência vem registrando os passos da história de Cascavel e região, levando nas suas páginas informações das mais variadas e de real interesse público aos mais longínquos rincões deste Estado e do País.

Com efusivos cumprimentos e votos de contínua prosperidade, manifestamos as nossas homenagens a sua diretoria, equipe de profissionais, enfim, todos os funcionários do Jornal O Paraná, que têm o nosso respeito e reconhecimento ao progresso e desenvolvimento sócio econômico da região.

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Ibrahim Faiad, Chefe da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, solicitando a possibilidade de passar os armazéns/barracões do IBC, para o controle do Município de Ponta Grossa, pois estes seriam utilizados pelo governo, dentro da política industrial do município, para implantar pequenas e micro empresas, gerando mais empregos ao município e região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a recuperação e limpeza das "canaletas" que margeiam as rodovias próximas aos Municípios de Icaraíma, Nova Olímpia, Ivaté e Vila Alta.

As rodovias estaduais, desde há muito carecem de conservação e assim as canaletas por onde fluem as águas, estão em péssimo estado, causando sérios riscos aos usuários em dias de chuva.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Formosa do Oeste.

Tal pedido é justificado tendo em vista que o citado município é sede de Comarca e como tal não possui uma viatura para atender à Polícia Militar que desenvolve serviços naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de proposição ao Excelentíssimo Governador Jaime Lerner, solicitando que o mesmo determine providências imediatas visando proceder a nomeação dos aprovados em concurso para o Quadro da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pela necessidade premente de aumentar-se o efetivo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, que está totalmente defasado pouco mais de três mil homens que corresponde ao efetivo necessário para cobrir o Estado, conforme programado pelo Governo do Estado para o ano de 1978. Decorridos vinte anos, a população dobrou e o efetivo da Polícia Civil permanente o mesmo, com prejuízo para a grande maioria dessa população, como fica demonstrado pela falta de policiais em cerca de 270 dos municípios paranaenses. Ou seja, o número de municípios do Paraná cresceu assustadoramente e hoje temos 399 municípios, sendo que em apenas 129 destes existe a presença da Polícia Civil. Mesmo que fosse possível destinar-se um Delegado de Polícia para cada município, isso seria impossível, pois apenas 350 Delegados integram o Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Paraná.

Não bastasse essa situação aviltante para um Estado como o Paraná, que não tem condições estruturais para dar atendimento a setor tão importante como o da segurança, responsável pela repressão e investigação, ainda cabe à Polícia Civil do Paraná a condição de carcereira de milhares de presos, que hoje lotam de forma desumana as delegacias de Polícia. Citamos como exemplo: cadeias feitas para receber 10 presos, arcam com a lotação de até 30 ou mais, o que coloca em risco não apenas a vida dos policiais sempre em número insuficiente responsáveis pela segurança das delegacias, como ainda da comunidade em seu todo.

Sabemos das dificuldades financeiras do Estado do Paraná, mas prioridades são necessárias e a segurança pública, sem dúvida é uma das principais. Procedendo a nomeação daqueles que foram aprovados em concurso público, aberto para suprir as necessidades existentes dentro da Polícia Civil, com certeza estará o Governo do Estado demonstrando sua preocupação com a gente laboriosa e ordeira do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, reforçando solicitação de laboratório para o Curso de Eletromecânica Industrial do Instituto Politécnico do Estado - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Bairro Boqueirão desta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Politécnico do Estado - Ensino Fundamental e Médio, vem enfrentando uma grande dificuldade, relatada em documentação anexada ao presente, pela falta do laboratório de eletromecânica industrial - curso aberto por autorização da SEED no ano de 1998.

O curso encontra-se atualmente com 43 alunos impossibilitados de seguirem seus estudos, haja vista que toda a parte teórica do curso já foi administrada, faltando agora a parte prática, para o que faz-se necessário o referido laboratório.

Buscando sanar este problema, protocolamos solicitação naquela Secretaria de Estado, sob nº 4.4049.252-8, à qual solicitamos reforço deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Tucum, Bairro Uberaba, devido a ocorrência quase que diariamente de assaltos. Os moradores do local encontram-se com medo e inseguros, uma vez que o local tornou-se perigoso, principalmente à noite, período em que não mais podem sair de suas residências. Pedem que o policiamento seja freqüente e com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Jesus Santos, residente à Rua 4, Casa 59, Bairro Nemaré III, que solicita a limpeza de 02 (dois) terrenos baldios sítos ao lado de sua residência. Os mesmos encontram-se repletos de animais nocivos, cobras, ratos e baratas, proporcionando o risco de contração de doenças por parte dos moradores próximos.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da "Casa da Cultura" no Município de Alto Piquiri.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Adonias Alves da Costa, presidente da Câmara Municipal (Av. Br. do Rio Branco, 320) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da “Casa da Cultura” no Município de Rondon.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Prefeito Municipal de Rondon (Pça. Mal. Rondon, 337), ao Vereador Ailton Alfredo Valotto, Presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP: 87800-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da “Casa da Cultura” no Município de Nova Olímpia.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Ludovico Pradela, 265), ao Vereador Anísio Roberto de Campos, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87490-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da “Casa da Cultura” no Município de Maria Helena.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Lourival José Pereira, Prefeito Municipal (Pça. Brasil, 1690), ao Vereador Jovani Fermino Dutra, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1690) CEP: 87480-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da “Casa da Cultura” no Município de Jusara.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Cândido de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28), ao Vereador Valdeci Luiz Colombo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28) CEP: 87230-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Lucia Maria Gluk Camargo, DD Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção da “Casa da Cultura” no Município de Iporã.

Tal proposta tem por finalidade a implantação de um espaço cultural no município a fim de desenvolver e implementar projetos e ações culturais, possibilitando o acesso da população à cultura.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677), ao Vereador José Sorilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/nº) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 13.05.99.

(a) NELSON GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Subo a essa tribuna hoje, porque ontem foi aprovado um requerimento nesta Casa, que diz

respeito a formação de uma Comissão Especial para averiguar e estudar os procedimentos adotados agora pelo Governo do Estado, na pretensão do aumento das tarifas do pedágio.

Todos sabemos, a imprensa sabe, a sociedade sabe, a Bancada do PT, em especial o encarregado disso o Deputado Péricles Mello, Engenheiro de formação, fez um grupo de estudos, tem técnicos trabalhando, engenheiros trabalhando, analisando as planilhas, analisando contrato, tem demonstrado exaustivamente ao longo desses dois meses de debate no Plenário da Assembléia e com a sociedade, de que o pedágio com a concessão da forma como foi feita pelo DER, se trata na realidade de um superfaturamento. E o contrato estabelecido com as empreiteiras, um contrato lesivo ao interesse público do Estado do Paraná. Nesse sentido, o nosso Partido não tem o que obstar à formação de comissões especiais que venham a proceder processo de averiguação ou que participe de um processo de intermediação em conflito entre o estado e setores da sociedade. Mas que parece que esse não é o caso. As denúncias formuladas pela Bancada do PT, que consubstanciam a necessidade e uma CPI, vão além da necessidade apenas ou não de aumento de tarifas de pedágio, ou de analisar os pareceres feitos por uma comissão, que pela nossa interpretação está sob suspeita, porque os membros dessa comissão foram contrastados pelas próprias empreiteiras e pelo Governo do Estado, quando da discussão do edital de lançamento das concessões das rodovias do Estado do Paraná.

Então não vejo, nesse sentido por que a Bancada do Governo e a Assembléia Legislativa aprovar uma comissão especial sem a capacidade de poder analisar com detalhes e sem a capacidade de fazer um processo de investigação a respeito das contas e dos números constantes dos processos e contratos com as empreiteiras, que acabaram recebendo de presente por 24 anos as rodovias do Estado do Paraná.

Quero dizer com isso, que somos favoráveis à CPI, que é uma comissão que pode investigar e pode trazer à luz, se por ventura os preços estão superfaturados dessa concessão.

Sendo assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados a Bancada do PT deverá decidir na segunda-feira a presença nossa nessa comissão especial. Quero deixar claro que vou defender na Bancada que o PT não participe desta comissão, o meu nome está indicado como membro desta comissão; agradeço a deferência feita pelo Deputado Anibal Khury, que ontem presidia a Assembléia e a sessão na qual a ele competia a designação dos membros que formariam esta comissão, o meu nome representando a Bancada do PT, juntamente com outros Deputados preenchem esta especial,

mas vou declinar da participação nesta comissão, Senhor Presidente e Srs. Deputados, e vou defender que o PT não participe.

O que queremos é em primeiro lugar, que o Governo não faça nenhum aumento de pedágio. O nosso Partido já manifestou, claro, que não é contra a cobrança do pedágio. Não temos uma postura absoluta contra este mecanismo do ponto de vista que a sociedade possa através de um sobreimposto, auto-financia a preservação e a construção das estradas no Estado do Paraná, porque sabemos que o Estado, de certa maneira, a sua capacidade de arrecadação e de gerenciamento está completamente destruída.

Então se é esse o objetivo de garantir a preservação das estradas, e garantir o investimento para a melhoria do transporte no Estado, nós até podemos discutir o pedágio. Mas não este que foi feito com as seis empreiteiras, com seis, em consórcio, o que na realidade é um grande achaque à população do Estado do Paraná. É um presente que o Governo do Estado deu para seis empreiteiras do nosso Estado. Os números de superfaturamento são absurdos e, uma CPI, tranqüilamente, teria como revelar isso para o conjunto da sociedade e estaríamos fazendo um grande serviço para corrigir um equivoco e um erro do Governo do Estado nesse processo.

Era isso Senhor Presidente. Agradeço a benevolência pelo tempo, só gostaria de comunicar que na segunda-feira tem uma decisão da Bancada do PT. Mas, pelo menos não deverei participar dessa comissão especial, se a Bancada decidir e entender que deve participar, acho que esta comissão especial de cerca maneira tende a deslegitimar a luta por uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito que é o objetivo maior que devemos perseguir.

Já que estamos falando de CPI, Deputado Waldyr Pugliesi, o Deputado Orlando Pessuti, Líder do PDMB, ontem abortou a questão da CPI da COPEL.

Sou autor de um requerimento, junto com o Deputado Durval Amaral, tinha apensado esse requerimento, estava doente, mas esse requerimento diz respeito às relações do SERCONTEL com a COPEL. Quero dizer aos Senhores Deputados, que naquela oportunidade o requerimento não foi votado porque já tinha sido aprovado outro, com conteúdo semelhante, do Deputado Durval Amaral, a respeito dessa transação entre o SERCONTEL e a COPEL, porque a COPEL comprou as ações da SERCONTEL no valor de 186 milhões de reais. E uma negociação existente entre a SERCONTEL e o Banco FonteCindam, que é um banco que esta sob suspensão das suas relações no Sistema Financeiro e com, o Banco Central. Pelo menos a princípio nos parece muito imprópria, porque a dívida era

pequena, era uma dívida 20 milhões, e a SERCONTEL de Londrina acabou pagando 46 milhões, por essa dívida.

Então é evidente que há alguma coisa de irregular nesta operação triangular entre a FonteCindam, COPEL e SERCONTEL aconteceu.

Um conjunto e Deputados está coletando assinaturas, já tem mais de 22 assinaturas coletadas. Assinei a formação desta CPI para investigar exatamente este caso espero que o conjunto da Assembléia dê o apoio a esta CPI. Mas, gostaria de dizer que a minha opinião é exatamente a mesma da Bancada do PMDB. Se é uma CPI, que o conjunto da Assembléia vai proceder para analisar este fato específico da COPEL, desta transação triangular, como que a soma passou de 20 milhões para 46 milhões e com o Banco FonteCindam, que está sob um processo de suspeição no Congresso Brasileiro. Quero dizer que também comungo da mesma opinião da Bancada do PMDB. A Oposição, no mínimo, tem que ter um cargo nesta CPI, para que, de certa maneira, possa dar a transparência para a sociedade de que esta é uma CPI do conjunto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então é esta a postura que já adianto aos companheiros que estão coletando as assinaturas para a formação desta CPI. Não sei se o requerimento já foi protocolado. Já foi protocolado, quais são os procedimentos agora?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Presidente Anibal Khury foi quem recebeu esta solicitação ontem, necessita, num primeiro momento, de fazer uma conferência na questão das assinaturas. O Presidente Anibal Khury, achou por bem, verificar as assinaturas até porque haviam muitas rubricas e não assinaturas identificáveis, razão pela qual tomou a decisão, ontem, de fazer uma verificação que seria feita no dia de hoje até segunda-feira para que, aí sim, se instale, uma vez constatada a veracidade dessas assinaturas - imediatamente a CPI.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Presidente achou necessário isso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Realmente, Deputado, convenciamos aqui na Mesa Executiva, ontem, que a maneira como foram apresentadas essas assinaturas, não se podia identificar se eram 18, 22 ou 25. Até porque o requerimento tem que ser formalizado de maneira completa, no mínimo com 18 assinaturas e com o nome do Deputado legível. O que não nos pareceu claro no dia de ontem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deixamos a nossa posição a respeito da Comissão especial, nosso Partido não tem nada contra a formação de Comissão Especial; pelo contrário, acho que é um instrumento legítimo a participação da Assembléia Legislativa na intermediação na sociedade. A superação de negociações emperradas. Acompanhamento de dificuldades. Sugestões. A formação até de projetos para a Assembléia Legislativa. No que diz respeito à Comissão Especial que está investigando a questão da terra, principalmente dos despejos no Noroeste do Estado do Paraná,

a nossa desconfiança, a nossa desconfiança não, aquilo que viemos trazer - Deputado Plauto Miró, Deputado Miltinho Puppio - é de que há um grupo de Deputados que têm o entendimento de que o MST extrapola as suas atividades. Deputados quer têm defendido, sistematicamente, uma visão parcial do processo da reforma agrária uma visão muito mais colada aos interesses dos grandes fazendeiros, dos grandes latifundiários do nosso Estado.

Acho que o papel da Assembléia não seria neste momento, nem de tentar prevalecer um setor ou outro porque é um problema social gravíssimo da nossa sociedade. Acho que a Comissão Especial montada e sugerida pelo Deputado Plauto Miró e por outros Deputados, teria mais legitimidade para a sociedade, para o próprio Governo e para o próprio conflito social se essa Comissão Especial fosse uma Comissão paritária. Vamos colocar os representantes de todos os partidos, vamos buscar uma solução para o conflito. O objetivo desta Comissão Especial talvez seja aquele que o Deputado Péricles apontou: que seja o da criminalização dos integrantes do MST.

Com este conteúdo político é lógico que temos que nos colocar frontalmente contra a formação desta Comissão. Não da natureza das Comissões Especiais.

Fica aí o nosso entendimento de qual o papel que a Assembléia deveria conduzir. Muito mais buscar a negociação e a superação dos conflitos no campo do que propriamente ser uma gente estimulador e incentivador, fomentador do acirramento das questões que estão no campo no nosso Estado, que já são gravíssimas para todos nós.

Então, acho que o papel da Assembléia, neste momento, não teria que fazer isso, de assumir uma parte interessada a ser um estimulador do conflito. Pelo contrário, acho que o nosso dever, o nosso papel neste processo seria a formação de uma Comissão Especial que tentasse intermediar e superar os conflitos que até agora não conseguimos superar. Anteontem acabou acontecendo uma ocupação de mais de 3 mil famílias, 1500 famílias.

Quer dizer, a tendência é de se acirrar cada vez mais o problema da reforma agrária no Estado

do Paraná. E não queremos que o serviço de segurança, o setor de segurança do Estado seja, daqui para a frente, responsabilizado por algumas violências que possam vir a acontecer no interior do nosso Estado.

Então vem aí a nossa crítica na forma desta Comissão Especial que trata da questão da terra lá no Noroeste, porque entendemos que o conteúdo dela, da forma como está colocado pelo Deputado Plauto, se tem um outro conteúdo, se pode ser diferente esta Comissão Especial, acho que estamos abertos para discutir. Mas se é este o conteúdo, fiscalizar as benfeitorias que foram danificadas, tentando imputar aos trabalhadores do MST, aos trabalhadores sem-terra a sua responsabilidade pecuniária ou legal, ainda sobre as terras que eles estavam ocupando, vamos entender que é uma comissão que, na realidade, tem um objetivo de estimular e fomentar o acirramento da luta social no campo. Se é este o papel da Assembléia Legislativa não si mais o que é que estamos fazendo aqui. O nosso papel é de tentar interpretar os interesses maiores da sociedade e buscar uma alternativa. Aliás, quando fazemos uma lei, esta lei acaba estendendo os conflitos de vários setores da sociedade e acaba estabelecendo uma regra universal para todos os setores da sociedade. Quer dizer, é este o nosso papel de universalizar os direitos, de tentar superar os conflitos existentes em cada setor da sociedade, que, compartimentalizada, tem múltiplos interesses.

Então, se nós, no momento do conflito, no momento em que se acirra, no aonde que o processo está exasperado, a Assembléia assume um papel destes, formando este tipo de comissão, acho que estamos contribuindo na realidade não para superar o problema, seja qual for o resultado da comissão, isso não tem nenhuma preocupação, acho que a tendência é de que a gente estimule ainda mais o conflito. Com isso perde o Governo, perdem os trabalhadores sem-terra, perde o Estado do Paraná, e perdemos todos nós, que queremos, na realidade, que as terras improdutivas sejam colocadas para a reforma agrária, que os trabalhadores possam ser assentados, que as terras produtivas não tenham nenhuma ocupação, que possamos fixar o homem no campo, que o processo de migração pra as grandes cidades no Estado do Paraná, seja bloqueado por um processo de assentamento do homem, fixação do homem no campo, quer dizer, esse é o objetivo de todos nós, e que tenhamos paz, que os produtores desde os micros, os pequenos e os grandes produtores possam produzir já com as imensas dificuldades que têm, que é produzir no campo, que todos nós sabemos, que possam produzir sem ter o conflito social permanente no nosso campo.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado Vanhoni, as suas colocações numa boa parte delas, vejo de uma forma concreta, certa, numa linha coerente, que precisa ser aplicada, que é a fixação do homem no campo, ter sua parcela de terra, recursos para poder produzir, assistência técnica que os governos têm para dar para que realmente ele possa ficar fixado na propriedade.

Agora, discordo com Vossa Excelência, quando coloca aqui uma Comissão Especial vai até propriedades que foram desocupadas pela polícia militar, desocupadas sem violência - deixar bem claro "sem violência" - e de onde vamos lá analisar, realmente o que acontece, como foi, tudo aquilo que houve de prejuízo na propriedade porque não sou eu que estou falando, os meios de comunicação mostraram tudo aquilo que aconteceu lá naquelas propriedades, e montamos uma Comissão Especial de Deputados que vão compor, indicados pelos seus partidos, cada Partido tem o direito de indicar o seu integrante, e não vai ser uma visita, um dia de trabalho que nós vamos fazer, para ver a realidade.

Agora, me preocupa quando vejo aqueles que defendem o movimento sem-terra, a ação do movimento sem-terra, preocupados com esta visita lá na propriedade, porque vamos lá ver o que aconteceu e vamos tornar público, mostrar para a sociedade paranaense, realmente, o que aconteceu naquela propriedade.

Vejo uma preocupação muito grande daquelas que defendem o movimento dos sem-terra, aquelas linhas ideológicas semelhantes ao do movimento dos sem-terra que parece que têm medo que se torne público por esta Comissão que vai lá visitar, a realidade do que aconteceu lá no município.

E quero falar de mais uma questão, nobre Deputado, que vi: a invasão de uma área de terra produtiva do Grupo Giacometti-Marodin, aqui em Quedas do Iguaçu, onde vimos ali, praticamente mil famílias invadirem mais uma terra produtiva dentro do Estado do Paraná. Uma propriedade de um grupo industrial que produz soja - conheço a propriedade - tem tecnologia de primeiro mundo, tem produtividade semelhante a dos americanos, dos europeus, tem indústrias de embalagens e outras questões mais dentro dessa mesma propriedade.

E vejo mais uma vez arbitrariamente o movimento dos sem-terra entrar em uma propriedade produtiva, acho, acredito até mesmo, para fazer uma afronta ao Governo do Estado do Paraná, que vem cumprindo a lei e desocupando as áreas que foram invadidas e todas as desocupações que aconteceram forma em áreas produtivas. E defendemos a aplicação da lei. O que vejo a defesa de alguns

integrantes desta Casa que defendem uma ação do MST, está fora da lei. Nós, Deputados, estamos aqui nesta Casa para fazermos leis, e quando fazemos queremos que elas sejam aplicadas. E o que vejo é uma corrente dentro desta Casa, incentivando um movimento contra a lei.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço o aparte do Deputado Plauto.

Entendo as suas motivações, mas não concordo com - não com as suas motivações - não concordo com o papel da Assembléia Legislativa neste processo. Não posso entender que os Deputados da base do Governo, os Deputados que têm vínculos com a área produtiva do campo, possam simplesmente entender o seguinte: diante do conflito monumental que existe no campo em todo o território brasileiro, se agravam o conflito de que orientemos o Governo do Estado do Paraná, respaldemos o Go-verno Jaime Lerner a promover, única e exclusivamente a tratar a questão da reforma agrária como uma questão seca da lei e reintegração de posse. Se formos entender isso apenas, o Governo do Estado vai encaminhar para um processo sem volta no campo, e aí vão perder todos, Deputado Plauto, porque o MST não está preocupado com a cabeça de gado que morreu na fazenda produtiva que foi ocupada, ou que serviu de comida para eles, ou com a plantação de soja que foi destruída. Não é essa a preocupação.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ou que foi usada para venda!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se foi usada para a venda... Veja bem, o MST não está preocupado com isso, o MST não vai deixar, mesmo que isso pode fazer mil coletivas, o MST não vai deixar de fazer a sua luta pela reforma agrária por esse processo. E está provado que a violência pura e simples, morreram quantos em Carajás? Morreram 20 em Carajás!

Quantas balas de metralhadora foram utilizadas em Carajás?

Quantas balas de metralhadora, talvez, serão usadas ainda neste País?

O senhor acha que com isso a luta pela reforma agrária vai acabar, vai superar o conflito no campo com este gesto? Quer dizer, simplesmente a reintegração de posse, vamos pôr o serviço de segurança, vamos pôr os 8 mil homens permanentemente, os 10 mil homens da Polícia Militar; vamos fechar o cerco; não vamos permitir a imprensa, vamos fazer daqui para a frente seis meses de "blitz" no campo. O senhor acha que este gesto do Go-verno do Estado vai acabar com o processo de reforma agrária no Estado do Paraná?

Que vai acabar com a luta do MST? É uma ilusão! Veja bem, e uma ilusão muito grande! O que quero dizer com isso é que a força pura e simples não vai resolver esse conflito social, esse é um conflito que não é de responsabilidade única e exclusiva do Governador do Estado do Paraná, sabemos disso. E o senhor diz respeito à lei: nós também temos proprietários de terras que não respeitam a lei, o senhor sabe disso. Tem área improdutiva no Estado do Paraná?

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Tem. E são essas áreas que queremos ver desapropriadas e assentados os reais sem-terra que têm vínculo com o Estado do Paraná e vínculo vocacional com a terra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Plauto Miró, participei de uma reunião junto com o Ministro Jungmann, com o Milton Seligman, com o Governador. Estava toda a Bancada Federal, todo o Secretariado e o Ministro disse o seguinte para o Go-vernador: "Estou preocupado, governador, porque o processo da reforma agrária está encontrando um óbice que está nos deixando com uma surpresa muito grande. Nós agora temos um leilão da terra, pagamos em "cash" o dinheiro e o Estado do Paraná não ofertou um único alqueire nestes últimos quatro anos".

O que o Ministro quis dizer para o Governador naquele momento? Quis dizer que não existe nenhuma terra improdutiva no Paraná para fins de reforma agrária sob a ótica dos latifundiários, e que pelo contrário, eles fizeram um acordo tácito entre eles que não iriam colocar nenhum pedaço de terra para leilão público para fins de reforma agrária. O senhor sabe disso.

Então, há uma predisposição política dos produtores rurais que mesmo as terras para fins de reforma agrária não sejam colocadas para reforma agrária. Aí perguntamos: como vamos fazer o processo de assentamento? Mas se é o embate no campo que queremos, se é o conflito no campo porque pela história do MST não tem recuo, vai ter que pôr o exército permanente no campo, vamos ter que caminhar para um conflito social armado. Isto deseja o Governo do Estado? Isto deseja a sociedade paranaense? A sociedade brasileira?

O que desejamos é forçar o Governo Federal a aplicar mais recursos na reforma agrária, fazer com que determinados fazendeiros que têm áreas improdutivas disponham estas terras para reforma agrária, que não entrem com os milhares de processos na justiça para emperrar o processo, mesmo depois das terras decretadas para fins de reforma agrária.

Vossa Excelência sabe disso e para superar este conflito não vejo qual é o papel da Assembléia formar uma comissão para identificar os bens das terras produtivas que foram destruídos por uma área de ocupação. Podem identificar milhões e milhões de bens e com isso o senhor acha que vai diminuir a vontade do MST de fazer reforma agrária? Não vai.

A opinião pública pode saber disso tudo mais o nosso papel mais importante seria o seguinte: sou contra a invasão de área produtiva e o senhor também, mas quero que o senhor esteja do meu lado quando formos lá no campo, peguemos a lista das terras que o INCRA já vistoriou e já pôs afins de reforma agrária, que possamos vir aqui e apresentar para o Governador e dizer: "Olha, aqui é passível de assentamento e vamos chamar os proprietários rurais e tirar as pendências judiciais que estão em cima". Fazemos isso! Porque o processo na realidade, tem que avançar por algum caminho. O caminho que a Assembléia está apontando é o caminho da denúncia de uma parte e não vai levar a nada.

Sou muito mais a favor que formássemos uma comissão pára tentar superar os conflitos, para tentar intermediar, para tentar desbloquear este processo de negociações que está hoje completamente errado. Não há negociações mais, nem entre o MST, nem com os proprietários rurais, nem com o Governo do Estado, nem com nenhuma área. O que resta daqui para frente é o conflito se exasperar e assistimos isso há cerca de dois dias atrás como o Deputado Plauto falou que 1400 famílias invadiram uma área enorme no Estado do Paraná. Amanhã serão 3000 famílias que invadirão outra área se as coisas continuarem assim.

E qual a resposta do Governo? Por 400, 100, 2000, 3000 homens? As pessoas não vão sair, vão resistir com as foices, os machados e vamos assistir as pessoas que foram mutiladas, um guarda vai ser mutilado por um facão, um, dois ou três sem-terra sofrerão ferimentos à bala, e é este quadro que vamos assistir no Paraná?

Então, a Assembléia deveria estar preocupada com o processo de exasperação em que o conflito está e que não há nenhum caminho para superação dele da forma negocial, do uso da palavra, do uso do bom senso. Esgotaram-se todas as possibilidades. Agora vamos abrir mão de todas as possibilidades e caminhar única e exclusivamente para o conflito? O conflito já está armando, todos os atores estão no palco. O Governador não tem mais o que fazer, vai cumprir a decisão? E isto vai ter um peso político, não para o Governador, mas para a sociedade.

Acho que a Assembléia não deveria caminhar por este caminho. Deveria insistir, insistentemente,

na busca de uma solução negociada para estes conflitos. É este o nosso papel. Não é outro o nosso papel.

O Sr. Nereu Moura

Permita-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência aborda um assunto de grande interesse porque na verdade, mexe com milhões de pessoas. E no momento que debatemos, que vemos a questão do desemprego e nos observamos o êxodo rural, o sumiço do homem da terra, entendemos que a questão agrária pode, sim, se transformar na grande alavancadora da geração de empregos neste País, precisa fazer com que as terras se tornem produtivas. E o papel da Assembléia Legislativa, e é isto que Vossa Excelência está discutindo e acho extremamente importante, porque a Assembléia Legislativa jamais, em tempo algum pode tomar as dores nas partes. Ela sempre tem que ter uma função de magistrado na busca, no encaminhamento de uma solução. Não podemos aqui, nós que temos esta visão, esta sensibilidade com a questão dos sem-terra. Temos que ter a visão total, inclusive do proprietário da terra. E por isso que no momento que Vossa Excelência coloca a sua posição com relação à Comissão que foi elaborada aqui pela Assembléia, é preocupante, porque não é a Comissão, é a Assembléia Legislativa, é o nome da Assembléia e quando se fala em Assembléia fala-se em nome de todos os Parlamentares, de um Poder.

Então, é por isso que temos que ter uma cautela para tratar de um assunto extremamente melindroso, extremamente polêmico como é a questão agrária. De forma que acho interessante a sua preocupação, a abordagem de Vossa Excelência neste assunto e é importante que todos os Deputados tomem consciência de que o assunto agrário é brasileiro e paranaense, e hoje o tema é mais preocupante, porque o Paraná hoje, como Vossa Excelência já relacionou aí, possui um confronto, um litígio muito forte entre os proprietários e o movimento sem-terra. De são consciência, Deputado Ângelo Vanhoni, ninguém quer invadir terra, somos todos contra invasão de terra, inclusive o próprio trabalhador que invade terra. É na ânsia, na verdade, na busca, em função de que ele não encontra atitudes por parte de quem deveria viabilizar a terra é que ele toma essa atitude até como forma de pressão para que as autoridades deixem de discursar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciando de que no seu governo ia fazer 280 mil assentamentos no primeiro governo e não concluiu 100 mil assentamentos. E os que concluiu e os que fez foi porque o movimento foi lá e exigiu e fez

pelas suas próprias forças a ocupação para que o Governo legalizasse.

Então, na verdade, a Assembléia Legislativa tem que ter cautela. Não podemos ir com sede ao pote, sob pena de macularmos a imagem deste Poder. V.Exa. tem toda a razão no seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado. V.Exa. só enriquece o nosso pronunciamento. Não era minha intenção abordar este tema, mas estou preocupado, tenho assistido o debate sobre a questão da comissão especial, V.Exa. é da Comissão de Terras da Assembléia, onde tivemos um debate, na sessão anterior também a respeito deste processo e me preocupa, porque, porque me parece que nós que somos. Deputados, fazemos da política uma prática importante, entendemos a política como uma superação dos problemas sociais e talvez a política como um espaço onde há o desafio para conquistar uma sociedade melhor, é onde a sociedade, de certa maneira, delega à política esta tarefa, nós sabemos disso, seja a política das ruas, seja a política do parlamento, mas é na política a atividade humana onde podemos construir perspectiva, talvez, de futuro para uma comunidade.

Sabemos, Deputado Nelson Justus, que o problema da reforma agrária se trata do ponto de vista de que o Governo Federal, nacional, os Estados, os municípios, a sociedade já disse milhões de vezes para o Governo que entenda a reforma agrária como uma prioridade, é a favor da reforma agrária. A sociedade pode não ser a favor da ocupação de terras produtivas, corretamente, mas a sociedade de uma forma unânime tem demonstrado o seu apoio à reforma agrária.

E a reforma agrária, Deputado Nelson Justus, se trata de uma prioridade do ponto de vista do Governo, e nós assistimos meio impassíveis, o Banco Marka que tem três funcionários e FonteCindam que tem cinco funcionários, quer dizer, bancos que não têm expressão nenhuma no Sistema Financeiro Nacional, de repente o Banco Central, numa reunião secreta, envolve a participação agora revelada do Ministro Pedro Malan, que esteve presente durante o dia inteiro no Banco Central quando a diretoria do Banco Central estava decidindo, tomando uma decisão atípica de socorrer com um bilhão e meio de reais dois bancos sem expressão nenhuma no sistema financeiro.

Quer dizer, você dá um bilhão e meio para o Cacciola e para o dono do Banco FonteCindam e não tem recursos para fazer a reforma agrária no nosso país. E os caras têm a cara-de-pau de vir dizer com uma justificativa técnica: "Se não déssemos o recurso correríamos um risco sistêmico". Que

risco sistêmico? O Banco Bamerindus ficou dois anos e meio, quase três anos completamente falido, recebendo dinheiro da Caixa Econômica, três bilhões de reais da Caixa Econômica, todo o sistema financeiro não aplicava um recurso no Bamerindus porque Bamerindus estava completamente falido, o Governo Federal ajudou o Bamerindus ir para uma falência, dez mil funcionários, o quarto banco do Brasil, faliu completamente e o Cacciola que não tem uma única responsabilidade social, não é responsável por um único investimento no nosso país, no Banco Marka você não consegue pegar dinheiro para uma única fábrica, para ter um financiamento para uma máquina de fazer pão, você não consegue nada disso. E esse banco trem um risco sistêmico e fez com que o Banco Central, numa operação completamente absurda do ponto de vista do padrão ético, da conduta tem uma instituição como o Banco Central, fornece na calada da noite uma coisa sorrateira, um bilhão e meio de reais para o Banco Marka e FonteCindam.

Então, isso demonstra para nós que recursos no nosso país existem muitos, não vamos nem falar no PROER, que é dinheiro que socorreu bancos que fraudaram a legislação, que desviaram dinheiro para fora do País. As contas do Banco Nacional, que foram entregues nove bilhões de reais para o Banco Nacional, do qual o filho do Presidente é casado com uma herdeira do Banco Nacional, que era do ex-Senador Magalhães Pinto, esse banco já estava pelos números, pela auditoria do Banco Central há sete anos. Há sete anos que o Banco Central sabia das irregularidades, quer dizer, da falência do Banco Nacional e não tomava nenhuma providência. Todos os recursos do Banco Nacional estavam sendo desviados para cento e quarenta e oito contas instaladas no exterior, e o Banco Central sabia disso. Mapearam todo o balanço do Banco Nacional e o Banco Central sabia disso e não fez nada, foi conivente por essa prática absurda, e depois ainda jogou nove bilhões de reais dos contribuintes brasileiros para socorrer os banqueiros do Banco Nacional. Não tem nenhum preso, Senhor Presidente, não tem nenhum banqueiro preso; o rapaz que fez o problema do Banco Bhering Inglês, que desviou, teve um processo de um bilhão e quatrocentos milhões de reais lá em Hong Kong está preso lá na Inglaterra, tem seis anos de cadeia, está num presídio.

O Banco Econômico, o Antônio Carlos Magalhães fez com que o país ajoelhasse para salvar os investimentos do Banco Econômico, fazendo uma operação com o Banco Excel, que acabou dando um prejuízo para o Banco Central porque na transação que o Banco Excel fez não pagou nada junto ao Banco Central devido do PROER, e não vai pagar. Hoje o Banco Excel, Econômico já não existe mais, já

foi comprado pelo Banco Bilball. Então, o que está acontecendo com o nosso País? Quer dizer, um grupo de financistas, um grupo econômico ligado a interesses que nós sabemos a que servem, quer dizer, fazemos suspensões, drenam os recursos do nosso País e o Governo tem que enfrentar à bala os problemas para assentamento em seis hectares de terra, para que os camponeses do nosso País possam produzir feijão, arroz e mandioca para a sua alimentação. O que está acontecendo conosco?

Neste momento, sem levar em conta todo esse processo, a Assembléia legislativa no lugar de cumprir o seu papel, de tentar intermediar e buscar uma solução negada, aprova uma comissão Especial para ir detectar o trator, o pneu do trator, a casinha, o chiqueiro, o boi, que foi vendido, a plantação que foi queimada de meia dúzia de áreas produtivas, que sabemos que não devem ser ocupadas. Mas isso é uma parte pequena do processo de luta que está no campo. E, nós não vamos tomar nenhuma atitude contra isso, no sentido de superar esse conflito. Vamos entregar, vamos abdicar da nossa razão e da nossa vontade de superar o conflito e achar uma alternativa. Vamos nos entregar à violência que é o que vai acontecer no Estado do Paraná, se algo não for feito no sentido de evitar um derramamento de sangue.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento).

Estou pedindo um aparte no final do seu pronunciamento, porque estava dando uma entrevista.

Entendo a sua preocupação e seu posicionamento e acredito que deveria nessa questão, haver um pouquinho mais de cautela de ambas as partes.

Quero confessar e gostaria que Vossa Excelência não interpretasse como uma crítica ao PT, quero achar uma palavra para colocar nesse momento, para que possamos fazer aqui um debate salutar para essa questão que estamos vivendo no Paraná. Preocupa-me muito o que está acontecendo no paraná. O governo está agindo sob a determinação da Justiça. Então, se alguém tem que ser questionado nas reintegrações de posse é a justiça, quanto à legalidade, se há a necessidade de intervenção da segurança.

Venho de uma região onde existe isso de verdade: profissionais que se intitulam - não quero dizer que sejam do MST - do Movimento dos Sem-terra, que estão percorrendo as favelas, os bairros mais pobres das cidades do Paraná, para organizar sem-terra. Eles transformam um cidadão urbano, da noite para o dia, nem sem-terra.

Colocam esse cidadão com a família, sua esposa, as crianças em cima de um caminhão e organizam uma invasão.

Ora, que nós temos que criticar aqui o Governo pela falta de iniciativa e de ação no campo social e na geração de emprego, concordo com Vossa Excelência.

Se continuarmos também a colocar uma viseira em nossa frente e não dermos a essas pessoas que transformaram em profissionais na criação de pessoas que não tem terras - este é um movimento que por inoperancia do governo, que por excesso de pessoas que transformaram isso numa maneira de viver, poderia dizer os sanguessugas do Movimento Sem-Terra, que é um movimento que tem o nosso apoio. Acho-o importantíssimo e se eles não tivessem se organizado jamais teriam conquistado o seu pedaço de terra.

Deixa-me extremamente preocupado e o PT não está querendo admitir isso, porque em nenhum pronunciamento tenho visto ninguém ter colocado essa questão: têm pessoas entrando no movimento e transformando esse movimento numa indústria própria, são cidadão que tem carro, casa, propriedades mas que estão no meio de um movimento. Falo isso porque isso acontece na minha região e isso também é preocupante.

Não quero, de forma nenhuma, com meu aparte aqui, eximir alguém da responsabilidade, só quero ressaltar aqui, e Vossa Excelência sabe muito bem que o Governador Jaime Lerner tem tratado essa questão com uma cautela até excessiva, e está sendo merecedor de críticas pesadas. Por que o Governador não age? O Governador está tendo cautela? porque sabemos que estamos me-xendo com um movimento social e com pessoas que estão no abandono, no abandono absoluto.

Então tem que se ter o cuidado.

Tem muitas pessoas fazendo uso do movimento sem-terra e é por isso que o MST tem perdido um pouco da sua credibilidade, diga-se de passagem, tem perdido, em muitas regiões um pouco da sua credibilidade porque estão distorcendo o objetivo do MST.

Digo isso com preocupação, porque me preocupa, porque vamos, sem sombra de dúvida, transformar todos os desempregados deste País num sem-terra. Enquanto entregar, e está aqui o

Deputado Orlando Pessuti, que é dessa área, entregar 10 alqueires de terra a uma pessoa que vem do perímetro urbano de uma cidade, que só trabalhou na indústria, nunca pegou no cabo de uma enxada, sem sombra de dúvida, não estaremos resolvendo um problema social, estaremos criando mais um problema social. Era muito melhor que este cidadão que mora na cidade tivesse lá o seu emprego, para ter condição de dar dignidade à sua família e não

fazer dele um instrumento para se transformar num sem-terra.

Isto, Deputado Vanhoni, estou colocando, porque não tenho visto em nenhum momento alguém dizer aqui nesta Casa e é importante que se diga. É claro que não devemos generalizar, é claro que não devemos atribuir isso ao movimento sem-terra mas acho que o movimento sem-terra deveria ter esta cautela para não continuar perdendo a credibilidade e é isso que está acontecendo, no momento.

Cumprimento Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e estou colocando a minha posição que é uma posição de preocupação com o movimento que vivemos, especialmente no Paraná.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado, concede um aparte?

(Assentimento)

Só para concluir, quando escuto aqui o líder do governo, Deputado Rossoni, fazer ponderações que alguns líderes, algumas correntes, algumas pessoas tentam usar o movimento como um instrumento, vou dar um exemplo, claro, de como tem pessoas infiltradas, defendendo posições políticas, ideológicas, dentro do movimento.

O Senhor Reno Statis é um funcionário do gabinete do Padre Roque, em Brasília, confirmado e publicamente falado, ele já ganhou a sua porção de terra no Sudoeste do Estado, num assentamento. E o que ele faz? Ele lidera invasões de terra. Publicamente falado, o próprio Padre Roque lá em Brasília, confirmou que ele é funcionário do gabinete. Então vamos deixar claro, recebe do Padre Roque, em Brasília, acho que nem sabe onde fica Brasília o "seu" Seno, já ganhou a sua porção de terra em seu nome, num assentamento e lidera invasões.

Então está claro para mim, transparente, que temos posições ideológicas, tem uma corrente política, dentro do movimento de pessoas intencionadas em usar o movimento como um instrumento político.

O SR. ANGELO VANHONI

Senhor Presidente, pra concluir quero agradecer o aparte do Deputado Plauto e do Deputado Valdir Rossoni mas quero dizer aos Senhores Deputados que é objetivo da minha intervenção, neste sentido, é a respeito do papel da Assembléia.

Sei que tem problemas, tem exageros, o MST erra em muita coisa. Quer errar mais do que ter uma pessoa que é assessor do Padre Roque, que é um ex-assentado, mas que comunga politicamente da luta para a Reforma Agrária, isso é uma luta pontual uma coisa que já vem há 0 anos, tem uma história, tem uma estrutura.

O Movimento é ultraorganizado que tem excesso no ponto de vista de arregimentar pessoas na periferia. Aliás, Deputado Valdir Rossoni, a periferia das cidades principalmente daqui de Curitiba, não sei das cidades do interior, mas a maioria vem do campo. Aqui não tem processo industrial. O desemprego aqui é grande. Estamos tendo um inchaço na Região metropolitana, de pessoas que têm vindo do campo, abandonando suas terras e vindo aqui morar nas favelas.

Se as pessoas pudessem sair da favela e ter uma vida melhor no campo, vejo nisso uma coisa salutar, uma medida boa que a sociedade poderia prover.

Mas o meu objetivo não é discutir esses problemas que na realidade são problemas de ambas as partes: do fazendeiro, da terra que está lá abandonada, o dinheiro que ele pegou do Banco do Brasil e não pegam está onerando todo mundo hoje, comprou 3 apartamentos em Miami, anda só de carro importado, tem 5 apartamentos em Curitiba, tudo de primeira classe.

Não é esse o objetivo da nossa conversa. A nossa conversa é o seguinte: vamos abdicar da razão e da possibilidade de intermediar superar um conflito que é dramático da sociedade hoje, nos tempos presentes, principalmente no Estado do Paraná, aonde se aguçava cada vez mais.

Então, o papel do Poder Legislativo, o papel da Assembléia Legislativa, vamos dizer o seguinte: não, a injustiça que resolva e o governador que ponha a Polícia Militar. Isso é uma coisa simples, o Governador nem precisa do nosso apoio. O Governador vai acabar fazendo isso, pressionado que está pelos fazendeiros e própria justiça. É essa a única resposta que um conflito dessa natureza e dessa magnitude precisa.

Nós aqui, como um Poder Legislativo, 54 Deputados, que vivemos conjuntamente diariamente no nosso cotidiano, debatendo posições contrárias, vamos abdicar do nosso poder de intermediação e de achar uma fórmula negociada para o conflito entre o MST, a Justiça, o governo, e entre os produtores rurais. Quer dizer, vamos abdicar, endossar determinadas posturas, que talvez redundem no seguinte: em acirrar ainda mais.

Quem perde com isso não é o MST, sozinho, que vai sair de uma área de 60 alqueires ou de mil alqueires. Não é isso. Ou o MST - porque duas lideranças vão ser mortas, ou porque um policial vai ser ferido, ou porque a imagem do governador vai ficar manchada por causa da violência, que vão fazer propaganda do MST ou PT, vão denunciar depois. O que estou alertando é que a condução, da forma como ela está armada nesse processo, tende a um acirramento que no meu ponto de vista não

interessa a ninguém. E o papel da Assembléia seria tentar dar um basta e fazer um gesto de buscar uma solução negociável.

Se não der uma solução negociável é uma tentativa que o nosso poder deveria exercer pela sua capilaridade que existe. Não somos Poder Executivo.

O Senhor Deputado Valdir Rossoni, que é de uma região de pequenos agricultores, de produção de madeira, o Deputado Orlando Pessuti que é do centro, o Deputado Plauto Miró ue é dos Campos Gerais, o Deputado Luiz Accorsi, que é lá da região aonde está o processo mais tenso que é da Região de Loanda, Noroeste do Estado. Quer dizer, se aqui que estamos com os grandes autores nesse processo, não poderemos sentar, dialogar e discutir uma saída, vamos para a letra C que é da Justiça.

E a letra C que é da Justiça é o seguinte reintegração de posse, requisitos e força de segurança.

Se é esse procedimentos deixar correr e vamos ver o que é que vai dar lá na frente.

Acho que o que vai dar não interessa nem para o Governo, nem para ninguém da sociedade.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni, Deputado Presidente Nelson Justus, veja quanto é difícil achar o ponto de solução desse problema.

Aí é que vem a questão, o seguinte: qual é a ação do Governador, se a Justiça está determinando a reintegração de posse?

O SR. ANGELO VANHONI

Mas a gente, a Justiça já fez a reintegração de posse há 3 anos.

Nós aqui da Assembléia precisamos ter grandeza, preciso me desarmar dos meus espíritos pró-MST, pró-Reforma Agrária e tentar entender o processo um pouco maior do que da minha visão particular.

O Plauto precisa um pouco disso, precisamos disso e dizer o seguinte: escuta, tem algumas coisas que precisamos negociar. A questão das terras produtivas é possível negociar? É possível sair uma desocupação por livre e espontânea vontade do MST? O que é que o pessoal do MST tem em troca, qual é o prazo? Ter esse espaço de sentar e buscar. Não sei se vamos conseguir. Acredito que é muito difícil. Mas, digo, devíamos estar imbuídos um pouquinho dessa vontade. E vejo que a gente não está tendo essa vontade.

O Sr. Valdir Rossoni

Quero colocar para Vossa Excelência que o governador deu demonstração de ter vontade e deu abertura. E acho que até poucos governadores

do Brasil tiveram a cautela que o Governador está tendo.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agora, estamos falhando. concordo com o Senhor. Não tenho como não reconhecer o Deputado Nereu Moura reconheceu isso publicamente. Acho que o Governador ficou isolado, neste processo e de certa maneira vão trazer um procedimento daqui para a frente que não interessa a ninguém. Acho que aqui podíamos tentar assumir um pouquinho de responsabilidade desse processo e tentar buscar uma negociação que nem o Executivo conseguiu e nem outros setores da sociedade.

Então vejo, que se chamarmos a Igreja, etc...

Agradeço o Deputado Valdir Rossoni, entendeu o objetivo da minha proposta que seria nesse caminho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças PDT, PL, PSDB, PMDB, com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na tarde de ontem, não foi possível apartear o Líder do Governo, dado que o seu tempo já estava concluso. Mas hoje, volto a tribuna para mais uma vez comentar a respeito dos Pedidos de Informações que este Plenário não aprovou. E no dia de ontem o Deputado Valdir Rossoni, dizia que as informações constavam do balanço geral e evidentemente que também constava do balancete publicado no Diário oficial. De fato as informações do Deputado não são mentirosas, são verdadeiras, elas constam. Só que todos sabemos que o balanço geral o Estado tem uma tramitação bastante interessante, ele é enviado à Assembléia e o Presidente determina um despacho, ele vai ao Tribunal de Contas, para uma análise prévia, e no Tribunal de Contas permanece alguns meses, para depois retornar para a Assembléia, que através da Comissão de tomada de Contas, fará a análise desse balanço.

Então a nós que não participamos dessa tomada de Contas, certamente que se esse trâmite for observado, quem sabe daqui uns noventa, cento e vinte dias, possamos ter acesso ao Balanço Geral do Estado. Mas, ao balancete tivemos acesso porque de fato Deputado Valdir Rossoni, foi publicado no Diário oficial do Estado do Paraná, no dia 30.04.99. E porque fizemos a solicitação de informações?

Não porque estejamos inventando alguma coisa ou querendo criar algum problema, dificuldades. Queremos esclarecimentos porque no balan-

cete publicado a "Transparência em Instituições Privadas", está lá publicado 82 milhões de reais. No ano passado essa transferência foi se não me falha a memória, alguma coisa ao redor de 10 milhões. Então de um ano para outro aumentou oito vezes a transparência em instituições privadas. Mas também aqui nesse Lancete, não está detalhado quais as instituições privadas receberam esse dinheiro. Não está dizendo quanto recebeu cada uma. E para o que se destinou essa transparência? Então causa realmente uma estranheza, uma expectativa de nossa parte saber disso.

No outro item de Sentença Judicial nº 44/90.9100. Sentenças Judiciais, um bilhão, novecentos e nove milhões. Que Sentenças Judiciais são essas? Para somar um bilhão, novecentos e nove milhões e mais uns troquinhos?

Então, gostaríamos de saber. É lógico que se formos lá no balanço Geral aonde esta todo o detalhamento, vamos encontrar, mas isso só daqui há três, quatro, cinco meses, quando os Deputados, de um modo geral, tomarão conhecimento deste balanço. Neste momento o balanço está na Presidência para ser encaminhado ao Tribunal de Contas, que tem - se não me falha a memória, em torno de 60 dias para emitir um parecer prévio, depois volta, vai para a Comissão de Tomada de Contas.

Então, é isso, Deputado Rossoni, o que queremos um esclarecimento. Quais são as Sentenças Judiciais que foram pagas? A quem foram pagas? E o montante que foi pago para cada uma dessas pessoas? Porque neste mesmo capítulo de investimento, onde consta Sentenças Judiciais, está lá o investimento propriamente dito, de um bilhão e vinte e oito milhões se não me falha a memória.

Ora, investimento propriamente dito um bilhão. Sentenças Judiciais; um bilhão e novecentos - e dentro do capítulo Investimento.

Então, queremos saber se isso são precatórios que foram pagos, se são indenizados de propriedades por onde rodovias foram construídas. Não é nada mais do que isso.

Vossa Excelência não nos contraditou, porque evidentemente o que disse Vossa Excelência é verdadeiro, as informações estão no Balanço. Mas como ter o Balanço? Está no Balancete. Mas só que no Balancete estão consolidadas, não estão detalhadas e o detalhamento neste caso é o que interessa, nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Não tinha entendido que Vossa excelência estava querendo o detalhamento. Então, quero dizer a Vossa Excelência que faremos todo o esforço possível para prestar as informações a Vossa Excelência.

Quero cumprimentá-lo pelo seu zelo, pela sua preocupação e pelo seu trabalho. Sempre tenho dito aqui, em todas as vezes que tenho pedido o aparte a Vossa Excelência, que respeito muito o seu trabalho, porque Vossa Excelência, além da experiência, é um Deputado que tem aqui trabalhado muito.

Quero dizer a Vossa Excelência também, que esses detalhes já - a minha assessoria deve ter ouvido o seu pronunciamento - vamos prestar estas informações, para que Vossa Excelência fique tranqüilo quanto a esta questão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço em meu nome e em nome dos Deputados do PMDB, que firmaram o requerimento pedindo informações. Posteriormente cederei a Vossa assessoria uma cópia destes requerimentos, para que possam ser melhor buscadas estas informações.

Ao final, Senhor Presidente, já de antemão agradecendo ao Deputado Valdir Rossoni pelo comunicado que faz, que prestará estas informações a nós, agora já não na condição de Líder do PMDB, mas na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, anunciar a todos que no próximo dia 25 - é uma terça-feira - às 8:00 horas da manhã, aqui nas dependências do restaurante da Assembléia - já devidamente autorizado pela Presidência, pela Comissão Executiva desta Casa - estará acontecendo um café da manhã de lançamento da Exposição Feira Agropecuária de Outono - EXPOUTONO, que é organizada numa parceria entre a Federação das Associações de Criadores do Estado do Paraná e a Assembléia Legislativa, a EMATER, Secretaria de Agricultura, OCEPAR, FAEP também envolvida.

Então, sempre participamos com o Bloco Agropecuário, ajudando na Coordenação, através da nossa assessoria, e da nossa pessoa, inclusive.

A Assembléia Legislativa participa também, sempre ajudando na impressão dos cartazes, dos "folders" e no oferecimento deste café da manhã aos agropecuaristas do Estado do Paraná, que participam da Feira de Outono - EXPOUTONO, que acontecerá de 03 a 06 de junho - portanto, daqui a 15 dias, nas dependências do Parque de Exposições Castelo Branco.

Na semana que vem, faremos chegar a cada gabinete, o convite para o café da manhã: 3ª feira, dia 25, às 8:00 horas, aqui na Assembléia, e também o convite para que participem da EXPOUTONO, que acontecerá de 3 a 6 de junho no Parque Castelo Branco.

E, antes de finalizar, agradecer a presença também do Senhor Antônio Pacheco, dos seus filhos, que de Manoel Ribas vêm até nossa Assembléia

no dia de hoje, para nos visitar e para tratarmos de assuntos de interesse daquela região.

Muito obrigado, Senhor Pacheco, muito obrigado aos seus filhos que aqui comparecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, nem no Grande e Pequeno Expedientes, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 021/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que altera dispositivos da Lei nº 5.579, de 03.07.67, que declarou de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Assistência Social. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99).**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera a Lei nº 11.353/96, de 14 de março de 1996, e o Decreto nº 4.282, de 24 de abril de 1998 e dá outras providências (Região Administrativa e Região Médio Centro-Oeste do Paraná). **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede e foro no Município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel localizado no Município de Maringá, para o Recanto do Menor - CEMIC. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.304/98 (Declara de Utilidade

Pública o "Projeto Plantão Sorriso"). **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 128/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade alterar o artigo 1º da Lei nº 12.304/98, que declara de Utilidade Pública o "Projeto Plantão Sorriso".

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Europa, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 36, de 03.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 217/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Europa, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres São José, do Colégio Estadual Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 05.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 225/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres São José, do Colégio Estadual Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Maringá - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 925 e 926, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 927, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 928 e 929, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 930 a 932, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 933 a 935, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 936 e 940, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 941, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 942 a 947, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa ao encerrar a sessão, convida a todos para a Sessão Solene que será realizada na tarde de hoje, às 17 horas, como Título de Cidadã Benemerita do Estado, proposta pelo Deputado Orlando Pessuti à Sra. Juril Carnasciali.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar os Senhores Parlamentares que fazem parte da Comissão Especial que trata da política dos Mananciais, de que nós teremos uma

reunião na próxima 2ª feira, às 17 horas, na Sala das Comissões, quando serão ouvidos técnicos da COHAB e da COHAPAR para que saibamos qual é o processo de política habitacional, em relação a esta situação dos mananciais.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Da mesma forma, Senhor Presidente, terça-feira, após a sessão, estamos convocando a Comissão de Terras, para uma reunião na Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 119, 148, 167 e 175/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 218 e 219/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Carlos Simões apresentou redação final para os Projetos de Lei nºs 119/99, 148/99, 167/99, 175/99 e 209/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em

seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 172, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário